

SINDIFISCO É DA SUA CONTA

EDIÇÃO
ESPECIAL

janeiro • 2020

NOVA VOTAÇÃO AFASTA AMEAÇA AO TETO SALARIAL

Após uma longa batalha para aprovar a PEC do teto, quando parecia que a novela havia chegado ao fim, com final feliz para os servidores, surgiu uma nova ameaça à medida que estabelece como o teto máximo a ser recebido por qualquer dos servidores estaduais, o subsídio dos desembargadores. O problema desta vez foi um questionamento da ex-procuradora Geral da República, Raquel Dodge que entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) contra a proposta. O motivo era o fato de que o projeto



aprovado pela Assembleia legislativa do Pará previa que o limite salarial seja aplicado aos municípios

O questionamento fez acionar mais uma vez o Sindifisco na luta para garantir essa importante conquista dos servidores da Fazenda. A atuação passou a se dar em duas

frentes: uma jurídica, em Brasília para acompanhar o desenrolar da ADIN e outra política, na busca para que uma nova PEC fosse aprovada no Pará, já sem os pontos que geraram questionamento. Para isso, foi feita uma intensa mobilização junto ao governador Helder

Barbalho que enviou o projeto à Alepa cumprindo promessa feita ao Sindifisco, durante participação no evento “Diálogos Essenciais”. Também foi necessário mobilizar os deputados, apontando a importância do projeto para os servidores públicos do Pará. O trabalho surtiu efeito. No final de novembro, a medida teve aprovação unânime na Alepa. Com isso, a Adin que tramitava no Supremo perdeu o objeto. “Trata-se de uma conquista importante para os servidores do Estado, especialmente para a categoria do Fisco,

Editorial

Os últimos meses foram, para o Sindifisco, de intensa luta na busca pela defesa dos direitos dos nossos sindicalizados e o ano que começa deve exigir o mesmo ritmo de ação. Apesar do cenário, pouco favorável, aos servidores públicos de um modo geral, nossa categoria tem conquistas a comemorar. Uma das mais importantes, sem dúvida, foi a aprovação de uma nova PEC do teto (veja texto nesta página).

A reforma da Previdência estadual também exigiu de nós intensa mobilização e, aqui, cabe registrar o agradecimento a todos aqueles que, sob sol e chuva, não mediram esforços para engrossar nossas manifestações pela manutenção de direitos dos atuais e futuros aposentados.

Nas semanas que antecederam a votação da Reforma, o Sindifisco intensificou a mobilização da categoria e a atuação junto a deputados estaduais, além de levar informações para a categoria e a produção de emendas para tentar minimizar, ao máximo, as perdas que as mudanças trariam.

A Reforma trouxe prejuízos, mas nosso trabalho teve resultados: construímos inúmeras emendas e conseguimos a aprovação de três emendas entre elas o limite do teto de contribuição extraordinária de 5% e o pagamento da pensão integral para servidores que morrem em atividade ou em função dela, para todos e não apenas para os policiais como previsto inicialmente (veja texto na página 3).

O ano que começa reforça a necessidade de estarmos cada vez mais unidos para enfrentarmos as adversidades, uma vez que se avizinha uma possível reestruturação administrativa e legal no Estado e pode atingir unidades da Fazenda. Precisamos acompanhar mudanças e, caso necessário, atuar para evitar prejuízos à nossa categoria.

Este novo boletim traz um balanço das nossas lutas, perdas e conquistas no segundo semestre de 2019. É importante acompanharmos de perto o que vem sendo feito pela nossa entidade de classe ao mesmo tempo em que é preciso tomar consciência de que a participação de todos se faz cada dia mais necessária nestes tempos de luta por direitos.

Boa leitura e vamos à luta.

Antônio Catete

A INTENSA ROTINA PARA GARANTIR DIREITOS

Foram muitas as frentes de batalha para garantir direitos dos servidores do Fisco em 2019. Ao final do ano, o balanço foi positivo com o desenrolar de muitas ações. Nesta página, você confere um resumo das principais ações:

Direito à promoção

Após um ano de embates jurídicos e administrativos, os 151 servidores da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefa) que ingressaram no último concurso realizado em 2014 conquistaram, no final de 2019, o esperado direito à promoção.

Segundo a Lei Orgânica do Estado, esta promoção deveria ter ocorrido em agosto de 2017, mas uma portaria da Sefa definiu que seria em janeiro de 2018, o que não ocorreu devido a uma série de impasses administrativos que só foram sanados com a posse do novo governo.

“Foi mais do que um parto. Foi uma luta contínua para viabilizar isso. E o Sindifisco/Pará em momento nenhum desistiu”, comemorou Antônio Catete.

Paralelamente, o Sindifisco também ingressou com ações judiciais individuais. E agora, uma reunião deve ser convocada para decidir sobre os processos em andamento.

Conversão da licença-prêmio em pecúnia

O Sindifisco/Pará teve conquistas importantes na área jurídica em 2019, entre elas, a que condenou o Estado do Pará a pagar o valor correspondente aos períodos de licença-prêmio não utilizados pelo servidor. Antes dessa decisão, o governo estadual convertia em pecúnia (dinheiro) o último período incompleto da licença somente quando da aposentadoria do servidor.

O sindicato entrou com ações individuais. A fundamentação argumentada pelo jurídico do Sindifisco se baseou no princípio da vedação do enriquecimento ilícito da Administração Pública, que foi acolhida pelo Judiciário em primeira instância.



Despromoção dos antigos

Outra notícia boa no campo jurídico é que o Ministério Público do Pará, no final de 2019, deu parecer favorável ao Sindifisco/Pará no caso da “despromoção dos antigos”. Este caso remonta a 2017, quando o Sindifisco impetrou uma ação coletiva para reparar o prejuízo causado a 24 servidores da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefa), que já desfrutavam da promoção especial prevista em uma fase da implantação das Carreiras da Administração Tributária definida pela Lei Orgânica do Fisco (LOAT), mas que tiveram que retornar à classe que pertenciam antes.

A despromoção atingiu somente os servidores que – com a segunda fase de implantação das carreiras – avançaram a classe superior. A consultoria jurídica da Sefa, em interpretação equivocada da própria LOAT, entendeu que o acesso às classes somente pode se dar por intermédio de promoção por merecimento. O sindicato não concordou com a interpretação e, depois de esgotadas todas as tentativas por via administrativas, entrou com a ação que tramita na 5ª Vara da Fazenda. O Sindifisco acredita que a decisão em primeiro grau ocorra agora em 2020.

Auxílio-funeral

Outra ação judicial vitoriosa foi a movida contra o Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará (IGEPREV), quando foi reconhecido o direito de uma pensionista em receber corretamente valor referente a auxílio-funeral.

Segundo o Regime Jurídico Único Estadual, quando do óbito do servidor, o auxílio-funeral deve corresponder a duas remunerações ou proventos quando em vida. No entanto, o IGEPREV, ao pagar o auxílio, vinha aplicando redutor constitucional, em flagrante descompasso com a norma legal.

Sem sucesso em solucionar o problema por via administrativa, o sindicato ingressou com ações judiciais individuais pleiteando que se cumprisse o Regime Jurídico. A ação do sindicato se baseou na natureza indenizatória da verba e foi aceita pelo Judiciário que determinou ao IGEPREV o pagamento do valor remanescente referente ao auxílio funeral para a pensionista.

Isonomia – Decisão desfavorável

Após nove anos de luta jurídica, a justiça estadual de primeiro grau decidiu negar a equiparação na remuneração dos servidores das coordenações executivas de Controle de Mercadorias em Trânsito (Cecomt) e Regional de Administração (Cerat) da Sefa. Agora, o Sindifisco vai entrar com um recurso de apelação junto ao Tribunal de Justiça do Estado (TJ-PA).

Os servidores exercem as mesmas atribuições, mas têm remuneração diferenciada.

A REFORMA DA PREVIDÊNCIA E A RESISTÊNCIA DOS SERVIDORES

Com tramitação recorde na Assembleia Legislativa do Pará, a reforma da Previdência Estadual exigiu grande mobilização dos servidores públicos. Foram reuniões para tentar entender os projetos, atuação junto aos deputados e mobilizações para acompanhar a votação feita a toque



Servidores acompanharam a votação e garantiram emendas

de caixa e quase sem debate. As mudanças aprovadas no final do ano passado atingem 105 mil servidores estaduais ativos, inativos e pensionistas e terão consequências nefastas ao serviço público estadual, na opinião do presidente do Sindicato dos Servidores do Fisco Estadual do Pará (Sindifisco-PA), Antônio Catete.

Apesar do cenário desfavorável, contudo, o Sindifisco destaca a união da categoria que não mediu esforços para se fazer ouvir e tentar minimizar os danos da reforma, a partir da apresentação de emendas aos projetos. De todas as sugestões apresentadas pelos sindicatos e movimentos sociais, três foram aprovadas em meio às discussões dos projetos. Uma delas determina que todos os servidores terão pensão vitalícia e integral para dependentes cônjuges ou companheiros de vítimas de morte violenta no exercício do trabalho. Antes, a medida valia apenas para policiais civis. Para outros servidores valeriam as regras gerais de pensão proporcional ao tempo de serviço ou de contribuição.

Outra emenda aprovada pela pressão dos movimentos sindicais e sociais foi a fixação do valor máximo de contribuição extraordinária em 5%, garantindo aos servidores ativos, aposentados e pensionistas um teto para a incidência da contribuição. Essa contribuição extraordinária em caso de déficit na previdência estava prevista na PEC, mas sem fixação de uma alíquota máxima, o que foi garantido pela emenda

defendida pelo Sindifisco.

Uma dos pontos mais críticos da reforma foi o aumento linear da alíquota de contribuição, que passa de 11% para 14%, independente do valor da remuneração do servidor. “Os 14% que serão cobrados ficam muito pesados. Se a gente avaliar que uma pessoa que ganha R\$ 2 mil – e muita gente recebe isso do Estado, embora outros ganhem menos – e pagava R\$ 220,00 de previdência, agora depois da reforma ela vai pagar R\$ 280,00. Quer dizer, R\$ 60,00 a mais para quem ganha R\$ 2 mil é um valor extremamente alto de aumento, de desancaixe de sua família, de comprar alguma coisa de grande necessidade”, critica Catete.

O aumento na idade para se aposentar de 65 anos para homens e 62 para mulheres, associado ao aumento no tempo de contribuição que passa a ser de 40 anos para homens e mulheres, é outro fator negativo a um serviço público de qualidade. “O

servidor vai ter que trabalhar muito mais tempo, porque vai se sentir desestimulado de se aposentar. Isso vai gerar um problema que é uma deficiência no próprio serviço público. Imagine um policial civil de 70 anos que tiver que perseguir um bandido, ou um professor obrigado a estar em sala de

aula aos 70 anos de idade para uma carga horária de 8 horas. Será muito duro; ou ainda um médico que tiver que fazer uma cirurgia aos 70 anos de idade. Então, esse conjunto de normas não traz um problema especificamente para o servidor, mas um problema muito mais grave para a sociedade”, analisa Catete.

O presidente do Sindifisco afirma que é importante continuar lutando para que seja feito um diagnóstico preciso sobre a Previdência do Estado com o objetivo de identificar os problemas locais e a melhor forma de solucioná-los, podendo haver, inclusive, a contestação judicial de pontos da Reforma. Sobre o argumento do governo de que as despesas com a Previdência impedem o Estado de fazer novos investimentos, Catete indaga: “Será que não há outras despesas que também se possa discutir como as renúncias fiscais e a falta de efetividade na cobrança da dívida ativa do Estado?”.

Nas redes

Para ajudar você a entender melhor os impactos da reforma, a série Diálogos Essenciais, produzida pelo Sindifisco, preparou um programa especial sobre o tema. Os convidados deste episódio são a deputada estadual Marinor Brito e o defensor público José Rei. O presidente do Sindifisco, Antônio Catete participa como debatedor.

Criado 100% para plataformas digitais, o programa Diálogos Essenciais aborda temas contemporâneos que afetam a vida de todos os brasileiros e que precisam ser discutidos.

Para acompanhar, basta acessar nossas redes sociais ou o canal Diálogos Essenciais no Youtube.

Acompanhe, curta e compartilhe.

LIVRO DESTACA AÇÕES E CONQUISTAS DOS SINDICATOS DO FISCO BRASILEIROS

Lançado pela Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco), o livro “Sindicalismo no fisco estadual e distrital – Breves relatos” registra importantes ações e conquistas realizadas pelos sindicatos filiados.

O capítulo 13 é dedicado ao Sindifisco-Pará, com destaque para a luta em torno da aprovação da PEC do Teto Remuneratório e da Lei Orgânica do Fisco. O lançamento fez parte da programação da reunião do Conselho Deliberativo da Fenafisco, que aconteceu em novembro, em Brasília.

Atualmente, a Fenafisco representa os servidores públicos fiscais tributários e está presente nos 26 estados e no Distrito Federal, com



32 sindicatos filiados, somando mais de 35.000 sindicalizados.

O COMPROMISSO COM A COMUNIDADE E COM A AMAZÔNIA

O Sindifisco quer chamar a atenção da categoria e da sociedade para a importância de se defender a Amazônia e aproveitou as festas de final do ano para presentear seus associados com uma bela agenda e calendário com fotos extraordinárias e informações fundamentais sobre a região.

A iniciativa contou com a parceria do Museu Paraense Emílio Goeldi que contribuiu com fotos e revisão técnica dos textos. Além desses dois presentes, o brinde de final de ano ainda incluiu uma mala de viagem.

Outra importante ação do sindicato foi a doação de um kit de robótica

para a Escola Estadual Magalhães Barata para que os alunos participassem de um torneio nacional. O kit já faz parte das aulas no Laboratório de Robótica.



CONGRESSO NACIONAL DISCUTE REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA

Entre os dias 6 e 8 de novembro de 2019, a Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estaduais e Municipais (ABIPEM) promoveu, em Belém, o 7º Congresso Brasileiro de Conselheiros de Regimes Próprios de Previdência. O sindifisco/Pará foi representado pelo diretor Administrativo Reinaldo Martins. O evento serviu para capacitar os conselheiros a atuarem de forma colegiada como agentes promotores do desenvolvimento e da boa governança dos regimes previdenciários.

Cursos e Eventos

Ao longo de 2019, o Sindifisco promoveu cursos e eventos em parceria com entidades e instituições que ajudaram a melhorar a atuação dos servidores fazendários.

Dois cursos importantes promovidos pelo sindicato foram o de “Avaliação de Imóveis” (em parceria com a Sefa) e “Competências Conversacionais”.

Cinquenta e cinco servidores estão capacitados para avaliar imóveis urbanos e rurais, unidades padronizadas, glebas urbanizáveis, arbitramento de colações, arrendamentos e perícias imobiliárias. O responsável pelo treinamento foi o geólogo João Diniz Marcello, que também é perito avaliador judicial, especialista em Avaliação Imobiliária pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), membro do Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia (IBAPE), além de autor do livro “Avaliação Metodológica de Imóveis RS” e professor da Unimóveis/RS.

O curso “Competências Conversacionais” visou à preparação de lideranças e equipes para atingir metas e alcançar altos desempenhos. A empresa responsável pelo treinamento foi a Newfield Consulting, que tem mais de 20 anos de experiência e atua em mais de 12 países com programas voltados para o desenvolvimento de pessoas com foco em liderança.

O Sindifisco também apoiou o 1º Congresso de Gestão Fazendária, realizado pela Sefa no final do ano. Entre os eventos destaca-se a edição 2019 do projeto “Diálogos Essenciais”, que proporcionou um rico debate sobre as reformas que afetam o povo brasileiro. Os palestrantes foram o auditor fiscal André Horta, o economista Eduardo Fagnani e a paraense e doutora em Economia, Denise Gentil.

Belém também foi sede da 196ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo da Fenafisco, ocorrido em agosto de 2019.